



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

**Os Impactos decorrentes das construções de Usinas Hidrelétricas e barragens
fluviais para a população Munduruku na bacia do Tapajós¹**

Taynara Cristina M. BARBOSA²
Mayane Ynêssa Monteiro da SILVA³
Adelson da Costa FERNANDO⁴
Universidade Federal do Amazonas, Parintins, AM

RESUMO: Este ensaio tem como objetivo principal promover uma reflexão crítica sobre os impactos decorrentes das construções de usinas hidrelétricas na bacia do Tapajós e como a implantação destes empreendimentos influenciam no silenciamento cultural da população indígena Munduruku, remanescente nesta localidade, desarticulando-a por meio de inúmeros prejuízos nos âmbitos sociais, culturais e ambientais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental referente à temática, onde também foram realizadas visitas em sites e blogs de organizações não governamentais para a construção e desenvolvimento do Artigo. Concluiu-se ao término desta revisão que apesar de não haver um número significativo de materiais científicos que abordem a temática, um estudo aprofundado se faz de grande relevância, especialmente no que diz respeito às vozes concedidas para as populações indígenas deste país.

Palavras chave: Impactos culturais, Usinas hidrelétricas, Munduruku, Silenciamento cultural, Ancestralidade.

Introdução

Povo de tradição guerreira, os Munduruku dominavam culturalmente a região do Vale do Tapajós, que nos primeiros tempos de contato durante o século XVIII, era conhecida como Mundurukânia (PIB, 2016). Há mais de 30 anos, suas guerras contemporâneas estão voltadas para garantir a integridade de seu território e a continuidade de suas tradições ameaçadas pelas pressões das atividades econômicas estatais como os projetos hidrelétricos e a construção de barragens, hidrovias e ferrovias na região onde habitam esses povos. (GREENPEACE, 2018)

¹ Trabalho apresentado no GP Cultura, meio ambiente e ancestralidade da XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação.

² Graduanda no curso de bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e-mail: taynaracmbarbosa@gmail.com

³ Graduanda no curso de bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e-mail: mayanemonteiro652@gmail.com

⁴ Professor do Curso de Comunicação Social/Jornalismo ICSEZ/UFAM, e-mail: sociologoadelson@hotmail.com



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Durante a luta para demarcação do seu território, os Munduruku lançaram em abril de 2018, durante o Acampamento Terra Livre (ATL), o “mapa da vida – Tapajós e Sawre Muybu”, mostrando a visão do próprio povo sobre seu território. Assim, os Munduruku tentam mostrar ao governo e à sociedade a importância da demarcação de suas terras para a sobrevivência de suas aldeias, sua cultura e dos recursos naturais, como plantas e ervas medicinais, que sofrem as consequências dos inúmeros alagamentos às florestas causados pelas construções de hidrelétricas (Fórum Teles Pires, 2018).

O contato contínuo com os “não índios”, não havia causado impactos tão significativos para a existência desses povos que desenvolviam diversas atividades artesanais e sobreviviam da prática da caça e da pesca. No entanto, a inicialização do projeto governamental “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC) que propõe a construção de usinas hidrelétricas em todo o país, na justificativa de promover um maior incentivo sobre as atividades econômicas, vem afetando diretamente as esferas ecológicas e, mais especificamente abordados neste estudo, a vida da população Munduruku devido algumas das suas mais importantes atividades encontrarem-se ameaçadas (ATL, 2018).

Em face disso, pode-se afirmar que tais impactos afetam diretamente o seio de todas as esferas, culturais, sociais, políticas e ambientais que regem suas tradições e costumes, não somente isso, as construções colocam em detrimento até mesmo à própria sobrevivência destes povos indígenas.

Para o governo federal, a construção de todo esse aparato hidrelétrico é necessária para atender o aumento do consumo de energia na região Norte devido à instalação de novas indústrias eletro intensivas ligadas a mineração com a justificativa de gerar uma energia mais “limpa” e reduzir os impactos ambientais, além de desenvolver o país economicamente através da geração de empregos, dentre outros (KALIL, 2016).

Essa falácia cai por terra após um estudo aprofundado onde diversos estudiosos afirmam que além de contribuir com a emissão de CO² na atmosfera, há uma grande onda de desmatamento que envolve a construção desses empreendimentos em meio a vegetação amazônica, afetando o meio ambiente de forma tão feroz quanto a utilização de energias “não renováveis” (GREENPEACE, 2017).



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Construída sob forma de uma pesquisa qualitativa, sendo realizado levantamentos e revisões bibliográficas, análises documentais e visitas em sites e blogs que tratam sobre a temática, o estudo utilizou autores como SANTOS (2010) e SULIMAN (2013) que fundamentaram e deram embasamento teórico para o desenvolvimento do referido Artigo.

Mediante análise e reflexão crítica sobre a realidade vivenciada pelo povo Munduruku ao longo dos anos, concluiu-se que a importância deste Artigo consiste não apenas em estudar os impactos decorrentes das construções de Usinas Hidrelétricas na bacia do Tapajós que contribuem para o silenciamento cultural da população Munduruku; mas para servir também como via de comunicação entre a população Munduruku e a sociedade em geral, no sentido de dar voz aos indígenas, enfatizando a resistência e luta desse povo para continuação de suas tradições como prevê a Constituição Federal de 1988.

Algumas questões norteadoras perpassam este estudo e trazem reflexões sobre qual seria o posicionamento do Governo e da própria sociedade diante destes acontecimentos? Quais e como os impactos decorrentes das construções destes empreendimentos podem afetar as populações indígenas oriundas no entorno destas localidades e por fim, qual a influência dos meios de comunicação diante deste fato? Ao decorrer deste estudo procurou-se responder estas inquietações e ao mesmo tempo, trazer ponderações que possam suceder novos questionamentos para então, serem utilizados como instrumentos em pesquisas posteriores.

1. Os povos Indígenas Munduruku

Pertencentes à família linguística Munduruku, do tronco Tupi, cuja autodenominação é Wuy jugu, de acordo com dados do site referente aos Povos Indígenas do Brasil (PIB, 2016) este peculiar povo indigenista dominava culturalmente a região do Vale do Tapajós utilizada como principal via de comunicação entre as antigas províncias, e que nos primeiros tempos de contato e durante o século XVIII era conhecida como Mundurukânia. Ainda segundo seu Mito de Origem, os Munduruku foram criados por Karosakaybo na Aldeia Wakopadi, próximo às cabeceiras do rio Krepori (BORBA, 2016).



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Batizados pelos Parintintins com essa denominação (Munduruku) cujo significado refere-se às “formigas vermelhas”, em alusão aos guerreiros Munduruku que atacavam em massa os territórios rivais, que outrora, também eram designados como “os cortadores de cabeças”, fama obtida, pois durante as guerras entre etnias para conquistar novos territórios, os guerreiros Munduruku costumavam matar os homens das tribos rivais e conservar suas cabeças como troféus, num ritual de mumificação desses crânios, aos quais atribuíam propriedades mágicas (SANTOS, 2010 p. 136).

Atualmente, os Munduruku estão situados em diferentes regiões e territórios do estado do Pará, mais precisamente na região sudoeste nos municípios de Santarém, Itaituba e Jacareacanga, também no estado do Amazonas (rio Canumã, município de Nova Olinda, e nas proximidades da Transamazônica, no município de Borba), procurando sempre localidades de floresta próximas à rios navegáveis, onde suas aldeias tradicionais denominam-se “campos do tapajós” (BORBA, 2016).

Esse povo de tradição guerreira, conta com uma população de aproximadamente 13.630 habitantes (FUNASA, 2010), distribuídos entre mais de trinta aldeias. Organizam-se socialmente de forma exogâmica, distintas entre os vermelhos e os brancos, onde as aldeias subdividem-se em casas para homens e casas de moradia (PIB, 2016).

Segundo alguns historiadores, pode-se afirmar que os primeiros contatos dos povos Munduruku com os pariwat (não índios) ocorreram por volta do século XVIII, durante o período de colonização e expedições missionárias, onde nomes como o de Padre José Monteiro de Noronha, missionários capuchinhos e franciscanos que estabeleceram suas bases com o objetivo de catequizar os indígenas, tornam-se referências no que tange às primeiras especulações sobre a existência desses povos indígenas (SULIMAN, 2013).

“Quanto ao aspecto cultural, as atividades desenvolvidas pelos Munduruku mostram-se bastante diversificadas e profusas envolvendo uma compilação de canções e poesias, o uso de instrumentos musicais, confecção de cestas, peneiras e artigos em cerâmica. Ainda que em grande contato com grupos externos não indígenas e sofrendo interferências de distintas culturas, o povo Munduruku permanece com suas tradições e costumes e convive pacificamente com as diversidades que lhe são apresentadas. Conduta esta que, se amplamente adotada, permitiria absolutas compensações e parcos infortúnios” (CAMPOS, 2017 p. 235).



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Conforme a autora, a partir do contato com essas instituições “não indígenas”, vários aspectos da sua cultura sofreram mudança, especificamente no que diz respeito às suas tradições de luta, que representavam o maior símbolo cultural da sua existência, que foi marcante para a sua construção étnico-cultural.

Outro fator de interferência, foi o grande deslocamento das aldeias para as margens dos rios, formando pequenos núcleos populacionais heterogêneos, contribuindo para a extinção da casa dos homens, que representava uma importante unidade nas aldeias tradicionais, e isso favoreceu também o desaparecimento de algumas práticas de rituais coletivos, como o ritual realizado entre as estações de seca (abril e setembro) e as estações de chuva (outubro e março) (PIB, 2016).

Este povo desenvolvia diversas atividades artesanais, e sobrevivia da prática da caça e pesca, prática esta que apesar de inúmeros contatos com os “brancos”, não sofria grandes impactos ou mudanças. Porém, algumas das suas mais importantes atividades encontram-se ameaçadas devido à implantação de empreendimentos gigantescos que afetaram diretamente o seio de todas as suas esferas, culturais, sociais, políticas e ambientais que regem suas tradições e costumes, não somente isso, tais construções colocam em detrimento até mesmo à própria sobrevivência destes povos (GREENPEACE, 2017).

2. A cosmologia munduruku e os impactos ambientais a partir da implantação de hidrelétricas e barragens fluviais na bacia do tapajós

A riqueza cultural dos munduruku pode ser corroborada em suas expressões religiosas, exercidas por meio da cosmologia; assim, os Munduruku realizam rituais, possuindo vastos conhecimentos sobre os astros, constelações e a Via Láctea (PIB, 2016).

Através do uso de instrumentos como a música, que contam e cantam poesias sobre o cotidiano vivido por este povo, ao mesmo tempo em que versam sobre a fauna e a flora, são realizados alguns rituais onde os pajés cuidam dos funcionamentos do ecossistema, da vida e do planeta para que nada “de ruim” possa acontecer, eles mantêm o equilíbrio do perfeito funcionamento da natureza. É fato que por todos esses motivos, os pajés exercem um papel



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

fundamental na prática de rituais de cura com auxílio de ervas extraídas da própria floresta e cerimoniais de agradecimento aos astros que afirmam ser seus protetores espirituais (BORBA, 2016).

Entre estes rituais, os que mais se destacam pela influência ao cotidiano dos Munduruku é o da mãe do mato, realizado no início do período das chuvas, visando obter permissão para as atividades de caça, proteção nas incursões pela floresta e bons resultados nas caçadas. Alguns elementos desta atividade ainda estão presentes, ou foram recriados com novos significados, especialmente na relação de respeito com os animais caçados, nas práticas do cotidiano do homem caçador para obter caça e nas regras alimentares. Outro ritual é o Sairê, uma dança em círculos formada por homens, mulheres, crianças, jovens e anciãos da aldeia (BEZERRA, 2011).

Conforme afirmam os próprios indígenas, o rio representa a vida do povo Munduruku, conhecida como a “mãe dos peixes” que em sua linguagem corrente é denominada “Karobixexe e Deckoka ‘a”. O rio é utilizado como mecanismo para diversas atividades da etnia Munduruku, tanto como um local de onde se extraem suas principais fontes de alimentação, como também é utilizado como via de condução e realização de rituais sagrados (FÓRUM TELES PIRES, 2018).

Desse modo, pode-se alegar que quaisquer impactos a esse meio, afeta diretamente a existência deste povo, e também às comunidades que residem nas proximidades destes entornos e sobrevivem da pesca como principal fonte de renda e alimentação.

2.2 Os movimentos de resistência munduruku – Pelo direito de dizer “Não”!

Para a população Munduruku, onde hoje as usinas Teles Pires e São Manoel estão construídas é um local considerado sagrado e desde sua construção em 2014, ambas são fontes de inúmeras violações irreversíveis não só ao meio ambiente como também ao patrimônio cultural deste povo (GREENPEACE, 2017).



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Além disso, houveram denúncias de vários alagamentos nas florestas próximas, culminando na extenuação de várias plantas medicinais que segundo os próprios indígenas, poderiam servir como bases de estudos medicinais na farmacologia para tratamento e até mesmo curas de doenças crônicas. A contaminação da água e dos peixes, bem como o desmatamento desenfreado, queimadas e a migração de várias espécies de animais do local, também foram relatados pelos Munduruku em suas denúncias feitas no Acampamento Terra Livre em abril de 2018 (NEXOJORNAL, 2018).

O intrigante nisso tudo é, que segundo a constituição de 1988, os direitos indígenas sobre suas terras são estabelecidos como “direitos originários”, ou seja, é deles o direito acerca das terras tradicionalmente ocupadas independentemente de reconhecimento formal.

Com relação às Terras Indígenas (TIs), conforme dados do site oficial do Acampamento Terra Livre (ATL) ficou definido que em 1993 haveria suas demarcações, porém, a profunda interferência política de setores que possuem grandes interesses nessas terras, atrasam intensamente, governo após governo, a demarcação das mesmas, visto que, da mesma forma que tais demarcações atrasam, licenças são concedidas em ritmo acelerado para liberar a construção destes grandes empreendimentos, convergindo fatalmente mediante à Constituição brasileira.

Durante o Acampamento Terra Livre (2018), em uma audiência aberta, a representante da associação indígena Pariri Alessandra Korap Munduruku, relata sobre os impactos provenientes das construções das hidrelétricas na bacia do Tapajós.

“Porque quem está sendo afetado, somos nós [...] tá matando nossos peixes! Pra mim atravessar da minha aldeia pro outro lado eu tenho medo da bargaça [...] como é que eu vou ensinar meu filho a pescar? [...] O rio Tapajós tá sendo contaminado [...] porquê que o peixe tá podre? Será que somos nós que estamos contaminando os peixes? Quando dizem assim ‘é nossa casa’, então é nossa casa, e nós temos o direito de falar como e do jeito que a gente quer! [...]” (Fórum Teles Pires, 2018).

Os Munduruku, estão cansados de assistir seus direitos serem violados e ter suas reivindicações varridas para debaixo do tapete, pois, os grandes empresários nem sequer os consultam antes de construir megaprojetos para desmatar centenas de hectares, culminando na desterritorialização desses povos. É nesse contexto de resistência, que a população



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Munduruku luta em defesa dos rios e da Amazônia e clamam pela reunião mundial contra esses empreendimentos que apagam e destroem a floresta e influenciam no silenciamento cultural dessa população. Ainda sobre a realidade vivenciada pelos munduruku e ribeirinhos, Alessandra revela:

“[...] porque quando vai prejudicar passam a noite planejando, quando vai saber, não, foi meia noite que os deputados estavam lá, os senadores; passaram noite. Mas não vão lá visitar; ao menos dizer ‘mora índio aí? Mora povo aí? Mas não, não vão perguntar não [...] o pessoal que depende do peixe [...] tem que sair de madrugada, passar quatro dias pescando, as vezes não pega peixe pra vender pra sustentar sua família [...] construíram um porto. Um porto que tá nos sufocando, a nossa aldeia tá ficando no meio dos empreendimentos, e cada vez tá avançando. Mas tão perguntando pra gente como será que nós estamos vivendo? Os impactos que nós estamos vivendo com o peixe, com os animais que estão se afastando? Eu tenho direito de vim aqui e dizer ‘não queremos Ferrogrão, não queremos porto de soja e não queremos hidrelétrica’, queremos vida! Queremos nosso território demarcado [...]” (Fórum Teles Pires, 2018).

Com o passar dos anos, esses empreendimentos vem sendo alvo de questionamentos. O povo Munduruku assim como povos de outras etnias já realizaram diversos protestos contra a construção das hidrelétricas Teles Pires e São Manoel.

Situada ao norte do Mato Grosso, a Usina hidrelétrica de Teles Pires instalou-se em 2015 nas proximidades de inúmeras populações indígenas e ribeirinhas, dentre elas, os Munduruku, onde por meio da elaboração de documentos como o “Mapa da vida – Tapajós e Sawre Muybu”, lançado no dia 24 de Abril de 2018, com o objetivo demonstrar a visão dos próprios indígenas sobre seus territórios através de um mapeamento territorial e cultural construído ao longo de dois anos na terra indígena Sawre Muybu, em parceria com o Greenpeace (Mobilização Nacional Indígena, 2018).

Durante o Acampamento Terra Livre (2018), várias lideranças indígenas Munduruku conjuntamente com os moradores dessas localidades uniram-se e protestaram em frente ao Palácio da Justiça em Brasília, denunciando através de placas e manifestações que vários locais importantes como a cachoeira sagrada de sete quedas, utilizada em cerimônias espirituais foram destruídas a partir do processo de construção desses empreendimentos e que acima de tudo, exigem a demarcação de seu território para assim, poder garantir a sobrevivência de seu povo que vem sendo cada vez mais ameaçados por conta de projetos



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

governamentais que beneficiam apenas empresas estrangeiras e o próprio governo. (ATL, 2018)



Mapa da vida. Fonte: Nexo Jornal

3. A mídia como “inimiga” da População Indígena Munduruku

Conforme os pressupostos de Silva (2009), a mídia é chamada e considerada o Quarto Poder, ou seja, o quarto maior segmento econômico do mundo, sendo a maior fonte de informação e entretenimento que a população possui.

O poder de manipulação da mídia pode atuar como uma espécie de controle social, que contribui para o processo de massificação da sociedade, resultando num contingente de pessoas que caminham sem opinião própria. Subliminarmente, através da televisão, das novelas, jornais e internet, é transmitido um discurso ideológico, criando modelos a serem seguidos e homogeneizando estilos de vida (OTRE, 2012).

Diante dos Conflitos recentes entre os Munduruku e o governo Federal, o escritor Felipe Milanez, escreveu em 2013, em Carta Capital, relatos sobre as chamadas “Novas cruzadas contra os índios”, por meio da qual expõe claramente a grande onda de violência com que são tratados os movimentos de luta dos povos indígenas para impedir a construção de hidrelétricas e demais empreendimentos que invadem seus territórios e afetam diretamente seu modo de vida.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Em carta, Milanez revela que o poder econômico e a mídia uniram-se para desqualificar direitos indígenas e esconder violência exercida contra eles. Desse modo, o Governo apoia essa manipulação da mídia, ou omite-se diante dela. As vítimas tornam-se os agressores. Por meio de chamadas com os dizeres: “Índigenas invadem fazendas”, “índios tentam invadir o congresso”; “índios ameaçam destruir hidrelétricas em protestos”; que surgem nos noticiários e sites informativos, levando a população a crer na ideologia de que os indígenas são seres selvagens e inescrupulosos que ameaçam de forma violenta a “paz” social (OTRE, 2012).

Ora, mas não seriam os empreendimentos os verdadeiros intrusos destes mesmos territórios que outrora sempre pertenceram aos indígenas? Não seriam os próprios “Pariwat” os únicos que podem ser denominados como “invasores” e “baderneiros” tendo em vista que os índios já habitavam estas terras há mais de 1500 anos, e foram aos poucos expropriados de seu próprio território? Diante da afirmação ao que prediz na Constituição Federal de 1988 no Artigo 231º que delega aos povos indígenas “o direito originário sobre as Terras que tradicionalmente ocupam”. Mediante a lei, não há dúvidas sobre tais afirmações.

A representante dos Munduruku Alessandra Korap Munduruku revelou em uma audiência em Brasília durante o Acampamento Terra Livre (2018), que há uma intervenção militar no local de construção da hidrelétrica Teles Pires, onde a força nacional atua para impedir possíveis manifestações ou até mesmo invasões de indígenas dentro dos empreendimentos.

De acordo com os indígenas, a força nacional impediu que os mesmos realizassem rituais sagrados e utilizou da força e do uso de bombas de efeito moral para dispersar as manifestações que ocorriam na entrada das usinas hidrelétricas; que nada mais eram do que um pequeno aglomerado de pessoas, dentre eles muitas mulheres e crianças que estavam à porta do empreendimento buscando dialogar com os representantes da empresa. “[...] A gente não veio aqui pra brigar, a gente veio aqui pra buscar o direito dos povos indígenas. É pra isso que nós estamos aqui [...] o povo munduruku não pode fazer seu ritual, a construção no rio Teles Pires conseguiram matar a mãe dos peixes [...]” (ATL, 2018).



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Após a tentativa falha de diálogo, seguida por uma onda de ataques ao movimento, alguns indígenas acabaram feridos ou passaram mal durante essas repressões, porém, a mídia abordou o fato afirmando que os indígenas ameaçaram “quebrar toda a usina e matar os trabalhadores” e por conta disso, a segurança nacional havia sido chamada para evitar possíveis ataques aos funcionários da usina (Fórum Teles Pires, 2018).

Para o procurador da 6ª corregedoria do Ministério Público Federal, Felício Pontes Júnior, não havia nenhuma necessidade de intervenção da força nacional para proteção das hidrelétricas, e isso faz com que haja um movimento contrário aos direitos dos povos indígenas; bloqueia a participação democráticas desses povos, que apenas estão defendendo seus direitos, que são, na opinião do procurador, direitos fundamentais para a própria manutenção da sobrevivência dessas etnias (ATL, 2018).

Considerações Finais

O extermínio de populações nativas para ocupação de territórios é uma tradição brasileira, e teve seu início no ano de 1500, quando o auto intitulado “conquistador” português desembarcou da caravela e avistou no litoral da Bahia índios que habitavam há séculos as terras anunciadas como “recém descobertas” (GALLI, 2013).

Tendo em vista que na atualidade o objetivo do governo e do empresariado de ocupar terras, na justificativa de favorecer o crescimento da economia, torna-se mais um pretexto que contribui para a continuidade do silenciamento cultural dos povos indígenas que são, antes de tudo, os verdadeiros donos das terras brasileiras.

A chegada do progresso significa hoje expulsar populações das terras onde vivem, desde tempos imemoriais; desmatar florestas para então implantar nelas atividades altamente lucrativas, onde a destruição do meio ambiente e da desestruturação inteira de povos indígenas seja usada como moeda de troca para que o país continue a ser construído em cima de um grande cemitério, com muros erguidos pelo sangue dos inocentes, a qual são



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

covardemente retratados pela mídia como seres selvagenizados, desculturalizados, desterritorializados e desumanizados.

Devem abrir caminho para a soja, a cana, o boi e a energia hidrelétrica, sem opor resistência, caso contrário, toda violência contra eles é justificada, respaldada pelo Estado e omitida pelos meios de comunicação. Contra o índio, é tolerado “partir para cima” (ATL, 2018).

Após uma reflexão crítica sobre esta problemática, confirma-se que além de sofrerem com os impactos decorrentes das construções de enormes empreendimentos, os Munduruku se veem marginalizados, silenciados e tendo seus direitos violados pelo Estado, que pouco faz para solucionar casos como esses que se arrastam há décadas sem qualquer sombra de um possível favorecimento em relação às populações remanescentes da bacia do Tapajós.

A construção de políticas públicas que possam dar uma maior visibilidade social e constitucional para a população indígena se faz de enorme relevância, assim como é importante fundamentar a participação dos próprios indígenas na construção dessas políticas tendo em vista que, embora a Constituição assegure direitos originários aos indígenas sobre suas terras, é fácil perceber que na prática a realidade observada é que hoje em dia, o mesmo povo guerreiro que um dia foi temido e símbolo de força e resistência pelos seus inimigos, se vê lutando e resistindo aos “avanços” econômicos e ao egocentrismo governamental para continuar, no mínimo, existindo.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Claudomilson Fernandes; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. **Representações sociais, comunicação e identidade: o indígena na mídia impressa**. Revista Comunicação & Informação, v. 16, n. 2, p. 107-122. Goiás, 2013.
- BORBA, Márcio. **Munduruku: “A força da Floresta III”**, Ago2016. Disponível em: <http://www.aalquimiadacura.blogspot.com/2016/08/munduruku-forca-da-forestaaa-iii.html?m=0> Acesso em: 22mai. 2018, às 13h: 10min.
- CÂNDIDO, LORENA F; ALMEIDA, Jalcione. **A construção da usina hidrelétrica de belo monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento**. Revista: Ambiente & Sociedade, vol. XVI, núm. 4, pp. 141-158. Campinas, 2013.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Senado Federal. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/> Acesso em: 27mai. 2018, às 19h:19min.
- FÁBIO, André Cabette. **O mapa dos munduruku que explica locais importantes para seu modo de vida**. Nexojornal, 2018. Disponível em: <http://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/04/24/O-mapa-dos-munduruku-que-explica-locais-importantes-para-seu-modo-de-vida&hl=pt-BR> Acesso em: 19mai. 2018, às 13h:19min.
- FÓRUM TELES PIRES. **“Nós queremos nosso rio vivo”**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.facebook.com/forumtelespires/videos/2038736786341217/> Acesso em 10 mai. 2018, às 23h:18min.
- GALLI, Giuliano. **Minidocumentário revela que ditadura criou minicampos de concentração indígena**. Instituto Vladimir Herzog, 2015. Disponível em: <http://vladimirherzog.org/minidocumentario-revela-que-ditadura-criou-campos-de-concentraçãoo-indigenas/> Acesso em: 22mai. 2018, às 01h:34min.
- GREENPEACE BRASIL**, 2017. Disponível em: <http://m.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Para-garantir-a-demarcacao-povo-mundurukulanca-mapa-da-vida/> Acesso em: 13mai. 2018, às 17h:31min.
- KALIL, Patrícia. **Povos Munduruku e a resistência social, cultural e ecológica da bacia do Tapajós**. Fórum da Amazônia Oriental, 2016. Disponível em: <http://www.medium.com/@pakalil/povos-munduruku-e-a-resistencia-social-cultural-e-ecologica-da-bacia-do-tapajós-12edd0434297> Acesso em: 25mai. 2018, às 00h:39min.
- MILANEZ, Felipe. **As novas cruzadas contra os índios**. Blog Outras palavras. Disponível em: <https://www.outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/a-nova-cruzada-contra-os-indios/> Acesso em: 20mai. 2018, às 18h:53min.
- Mobilização Nacional Indígena**, 2018. Disponível em: <http://www.mobilizacao nacionalindigena.wordpress.com/2018/04/24/para-garantir-a-demarcacao-povo-munduruku-lanca-mapa-da-vida/> Acesso em: 20mai. 2018, às 17h:17min.
- O futuro da Amazônia: Os impactos do Programa Avança Brasil**. Disponível em: <http://repositorio.inpa.gov.br/handle/123/5884/>. Acesso em: 2 mai. 2018, às 14h:03 min.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

OTRE, Maria Alice Campagnoli. **Representação midiática, identidade indígena e o jornalismo no Mato Grosso do Sul.** Revista científica de Ciências Aplicadas da FAIP, 2012. Disponível em: http://www.funai.gov.br/indios/fr_conteudo.htm Acesso em: 24 mai. 2018, às 15h:45min.

Povos indígenas no Brasil. Munduruku. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku> . Acesso em 12 mai. 2018, às: 21h: 07min.

Povos Indígenas Brasileiros. Disponível em: <http://indigenasbrasil.blogspot.com/2016/02/munduruku.html?m%3D1&hl=pt-BR> Acesso em: 19 mai. 2018, às 13h:26min.

RODRIGUES, Albuquerque Renan; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Impactos sociais da desterritorialização na Amazônia brasileira: o caso da hidrelétrica de Balbina.** Emancipação, Ponta Grossa, 12 (1): 35-53, 2012. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao> Acesso em: 20 mai. 2018, às 20h:40min.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **História do Amazonas.** Rio de Janeiro: MEMVAVMEM, 2010.

SILVA, Ellen Fernanda Gomes da; SILVA, Suely Emília de Barros. **O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade,** 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/AnaisXVENABRAPSO> Acesso em: 25 mai. 2018, às 19h: 14min.

SULIMAN, Sara da Silva. **Os índios Munduruku e o “zeloso capuchinho” no rio tapajós (Pará, 1848-1854).** Universidade Federal do Pará – UFPA. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIS), Pará, 2013